



Nota de repúdio à agressão sofrida pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) pertence ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)

A Diretoria da ANPUR vem a público manifestar seu repúdio à agressão sofrida por docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) pertence ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), filiado a esta Associação, bem como de representantes de movimentos sociais e autoridades do Ministério Público Federal (MPF) na noite de 29 de novembro, no auditório do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (UFPA) em atividade de exposição dos resultados de pesquisa científica acerca do comprometimento socioambiental e de acesso de populações impactadas pela Usina de Belo Monte a seus direitos sociais por meio da aplicação de compensações.

Na referida atividade os pesquisadores foram cerceados do direito de livre expressão e submetidos à condição de cárcere privado, o que demonstra a extrema gravidade dos fatos. Nesse sentido, condenamos veementemente o uso de truculência por parte de políticos locais, vinculados aos interesses de grandes projetos de mineração internacionais, que usaram de sua autoridade de forma abusiva para promover uma sucessão de arbitrariedades e insultos aos docentes e discentes presentes, chegando inclusive a impedir o acesso dos mesmos ao auditório e a continuidade da atividade, sendo que a mineradora em questão está sendo investigada pela Defensoria Pública do Estado (DPE) por compra ilegal de terras públicas e por violação dos direitos humanos das populações ribeirinhas de Volta Grande, no Rio Xingu, no Pará.

Em face da gravidade de tais acontecimentos, a Diretoria da ANPUR solidariza-se com o corpo docente e discente do NAEA e da UFPA e informa que acompanhará o processo, já iniciado, de apuração dos fatos. Além disso, reitera que continuará a se manifestar contra quaisquer atos que impeçam o livre exercício da função dos pesquisadores e da difusão científica dos resultados de suas pesquisas à sociedade, visando ao fortalecimento da Ciência Brasileira e à preservação dos modos de vida das populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas, bem como dos recursos naturais da Amazônia.

30 de novembro de 2017.